

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA
31/12/2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 do SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA obteve um resultado de R\$ 3.733.937,47 antes das destinações, representando um retorno anual de 4,95% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 317.548.528,50. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 212.005.916,52, líquida de provisão.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	212.005.916,52	100 %
--------------------	-----	----------------	-------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 38,53% da carteira, no montante de R\$ 87.155.589,05.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 473.837.507,96, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 0,88%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	73.253.671,23	15,46%
Depósitos sob aviso	R\$	6.092.140,38	1,29%
Depósitos a prazo	R\$	394.491.696,35	83,25%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 38,11% da captação, no montante de R\$ 174.443.993,14.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA era de R\$ 75.374.277,99. O quadro de cooperados era composto por 12.066 cooperados, havendo um acréscimo de 18,21% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,16% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui dois agentes de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNIMAIS. Adicionalmente, anualmente a cooperativa passa pelo processo de auditoria cooperativa, realizada pela CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, entidade credenciada no Banco Central do Brasil.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA aderiram, em 2019, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA registrou 100 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 100 manifestações, 58 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente, 42 foram consideradas improcedentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Santos, 14 de fevereiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em reais)

COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO

CNPJ nº 00.259.231/0001-14

Ativo	Nota	31-dez-19	31-dez-18	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31-dez-19	31-dez-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	1.414.427,75	1.369.765,65	Depósitos à vista	12	73.253.671,23	66.855.813,06
Títulos e valores mobiliários	5	88.787,85	137.436,87	Depósitos sob aviso	12	6.092.140,38	6.795.663,84
Relações interfinanceiras	4	317.548.528,50	326.072.940,27	Depósitos a prazo	12	391.525.957,69	388.880.496,31
Operações de crédito	6	114.426.690,14	96.999.848,45	Obrigações por repasses interdependências	13	350.824,78	622.810,63
(-) Provisões de operações de crédito	6	(6.211.113,85)	(3.549.883,05)	Obrigações por repasses	14	1.312,93	-
Outros créditos	9	2.141.399,02	468.096,66	Cobrança/arrecadação tributos e ass.	15	80.664,85	118.669,10
Outros valores e bens	8	2.201.006,76	2.204.284,26	Obrigações sociais e estatutárias	15.1	2.191.699,86	1.828.653,87
Total do ativo circulante		<u>431.609.726,17</u>	<u>423.702.489,11</u>	Obrigações fiscais e previdenciárias	15.2	737.302,32	537.039,54
Não circulante				Obrigações Diversas	15.3	2.797.304,55	1.993.771,32
Operações de crédito	6	111.527.924,75	110.736.899,11	Total do passivo circulante		<u>477.030.878,59</u>	<u>467.632.917,67</u>
(-) Provisões de operações de crédito	6	(7.737.584,52)	(5.489.887,78)	Não circulante			
Outros créditos	9.a	17.679.142,77	17.025.547,62	Depósitos a prazo	12	2.965.738,66	7.159.616,24
Total do ativo não circulante		<u>121.469.483,00</u>	<u>122.272.558,95</u>	Obrigações Diversas	15.3	9.329.988,38	8.545.210,94
Permanente				Total do passivo não circulante		<u>12.295.727,04</u>	<u>15.704.827,18</u>
Investimentos	9	7.676.354,29	7.676.354,29	Patrimônio líquido			
Imobilizações de uso	10	5.952.974,85	6.337.531,79	Capital social	17.a	63.970.563,36	56.913.172,12
(-) Depreciação acumulada	10	(2.182.437,76)	(2.382.541,09)	Reservas Legal	17.b	8.229.867,56	7.856.473,79
Intangível	11	270.116,56	258.676,21	Sobras do exercício	17.c	3.173.847,07	9.645.256,26
(-) Amortização acumulada	11	(95.333,49)	(112.422,24)	Total do patrimônio líquido		<u>75.374.277,99</u>	<u>74.414.902,17</u>
Total do permanente		<u>11.621.674,45</u>	<u>11.777.598,96</u>	Total do passivo e do Patrimônio Líquido		<u>564.700.883,62</u>	<u>557.752.647,02</u>
Total do ativo		<u>564.700.883,62</u>	<u>557.752.647,02</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas

(Em reais)

COOPERATIVA SICOOB UNIMAIAS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
CNPJ nº 00.259.231/0001-14

	Nota	2º Semestre de 2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	18	24.217.287,34	48.132.789,70	49.629.587,10
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.039,79	5.211,56	19.040,47
		24.219.327,13	48.138.001,26	49.648.627,57
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(12.117.516,08)	(24.923.897,86)	(24.650.863,89)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.546.951,45)	(10.493.945,02)	(5.601.625,71)
	19	#####	(35.417.842,88)	#####
Resultado bruto da intermediação financeira		6.554.859,60	12.720.158,38	19.396.137,97
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		3.075.107,30	5.412.406,70	4.430.451,22
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(8.151.676,99)	(15.499.119,00)	(14.815.651,69)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(8.817.464,59)	(16.987.616,31)	(15.267.242,96)
Dispêndios e despesas tributárias	22	(275.568,08)	(629.555,95)	(755.970,28)
Ingressos de depósitos intercooperativos	4.a	9.848.501,34	20.521.944,58	20.734.134,94
Outros ingressos e receitas operacionais	23	3.024.892,24	5.541.496,18	3.249.646,51
Outros dispêndios e despesas operacionais	24	(1.573.457,22)	(3.686.501,70)	(1.359.118,64)
		(2.869.666,00)	(5.326.945,50)	(3.783.750,90)
Resultado operacional		3.685.193,60	7.393.212,88	15.612.387,07
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais		2.203,42	6.636,13	-
Despesas não operacionais		(105.787,91)	(120.532,76)	(366.350,03)
	25	(103.584,49)	(113.896,63)	(366.350,03)
Resultado antes da tributação e das participações		3.581.609,11	7.279.316,25	15.246.037,04
Imposto de renda e contribuição social		551.269,55	0,30	(464.262,72)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		4.132.878,66	7.279.316,55	14.781.774,32
Juros ao capital	26	(3.545.388,82)	(3.545.388,82)	(3.434.414,01)
Resultado antes das destinações estatutárias		587.489,84	3.733.927,73	11.347.360,31
F A T E S - Atos não cooperativos		-	-	-
F A T E S - Atos cooperativos		-	(186.686,89)	(567.368,02)
Reserva Legal		-	(373.393,77)	(1.134.736,03)
Sobras ou perdas líquidas do exercício		587.489,84	3.173.847,07	9.645.256,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
(Em reais)					
COOPERATIVA SICOOB UNIMAIAS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO					
CNPJ nº 00.259.231/0001-14					
Nota	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2017	74.597.818,89	(20.744.837,15)	6.721.737,76	4.029.268,17	64.603.987,67
Destinação das sobras exercício anterior					-
Em Conta Corrente do Associado	-		-	(4.001.535,59)	(4.001.535,59)
Ao Capital	-		-	(27.732,58)	(27.732,58)
Movimentação de capital					
Integralização/subscrição de capital	9.036.870,54	(4.053.888,80)	-	-	4.982.981,74
(-) Devolução de capital	(5.266.915)		-	-	(5.266.915,19)
Remuneração de juros ao capital					
Integralização de Juros ao Capital	3.394.517,93		-	-	3.394.517,93
IRRF sobre Juros ao Capital	(50.394,10)		-	-	(50.394,10)
Destinação das sobras					
Sobras ou Perdas Líquidas	-		-	11.347.360,31	11.347.360,31
F A T E S - Atos cooperativos	-		-	(567.368,02)	(567.368,02)
Reserva Legal	-		1.134.736,03	(1.134.736,03)	-
Saldos em 31/12/2018	81.711.898,07	(24.798.725,95)	7.856.473,79	9.645.256,26	74.414.902,17
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	(9.625.754,43)	(9.625.754,43)
Cotas de Capital - ex associados	-	-	-	(19.501,57)	(19.501,57)
Movimentação de capital					
Integralização/subscrição de capital	14.793.753,59	22.458.341,96	-	-	37.252.095,55
(-) Devolução de capital	(33.689.332,19)	-	-	-	(33.689.332,19)
Remuneração de juros ao capital					
Integralização de Juros ao Capital	3.545.388,82	-	-	-	3.545.388,82
IRRF sobre Juros ao Capital	(50.760,94)	-	-	-	(50.760,94)
Destinação das sobras					
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.733.937,47	3.733.937,47
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(186.696,89)	(186.696,89)
Reserva Legal	-	-	373.393,77	(373.393,77)	-
Saldos em 31/12/2019	66.310.947,35	(2.340.383,99)	8.229.867,56	3.173.847,07	75.374.277,99
Saldos em 30/06/2019	88.652.756,80	(27.871.809,11)	7.856.473,79	3.146.447,89	71.783.869,37
Movimentação de capital					
Integralização/subscrição de capital	5.155.589,38	25.531.425,12	-	-	30.687.014,50
(-) Devolução de capital	(30.992.026,71)	-	-	-	(30.992.026,71)
Remuneração de juros ao capital					
Integralização de Juros ao Capital	3.545.388,82	-	-	-	3.545.388,82
IRRF sobre Juros ao Capital	(50.760,94)	-	-	-	(50.760,94)
Destinação das sobras					
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	587.489,84	587.489,84
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(186.696,89)	(186.696,89)
Reserva Legal	-	-	373.393,77	(373.393,77)	-
Saldos em 31/12/2019	66.310.947,35	(2.340.383,99)	8.229.867,56	3.173.847,07	75.374.277,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa			
(Em reais)			
COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO			
CNPJ nº 00.259.231/0001-14			
	2º Semestre de		
	2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais			
Sobras do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	3.581.609,11	7.279.325,99	15.246.037,04
Ajustes			
Provisão para operações de crédito	2.349.524,36	4.908.927,54	(6.531.561,78)
Provisão de Juros ao Capital	(3.545.388,82)	(3.545.388,82)	(3.434.414,01)
Depreciações e Amortizações	235.774,28	483.776,54	(272.362,00)
IRPJ/CSLL	551.269,55	0,30	(464.262,72)
	3.172.788,48	9.126.641,55	4.543.436,53
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(20.200.916,56)	(18.217.867,33)	(13.573.484,29)
Outros créditos	(1.145.151,89)	(2.326.897,51)	69.023,58
Outros valores e bens	277.259,10	3.277,50	1.483.284,92
Depósitos	(23.113.000,95)	4.145.918,51	58.018.713,73
Relações interdependências	347.394,49	(271.985,85)	(805.398,80)
Obrigações por empréstimos e repasses	(10.045,59)	1.312,93	-
Outras Obrigações	139.210,97	2.113.615,19	287.443,95
Resultado de exercícios futuros	-	-	(164.633,95)
	(43.705.250,43)	(14.552.626,56)	45.314.949,14
Caixa gerado nas operações	(40.532.461,95)	(5.425.985,01)	49.858.385,67
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	-	-	(439.725,01)
Aquisições de imobilizações de uso	(33.265,43)	(173.434,74)	123.993,00
Aquisições de ativos intangível e de diferido	(11.440,00)	(11.440,00)	60.559,48
Imobilização em curso	-	(142.977,29)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(44.705,43)	(327.852,03)	(255.172,53)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	30.687.014,50	37.252.095,55	4.982.981,74
Devolução de capital à cooperados	(30.992.026,71)	(33.689.332,19)	(5.266.915,19)
Destinação de sobras de exercício anterior	-	(9.645.256,00)	(4.029.268,17)
FATES - Sobras do exercício	(186.696,89)	(186.696,89)	(567.368,02)
Subscrição do juros ao capital	3.545.388,82	3.545.388,82	3.394.517,93
IRRF sobre juros ao capital	(50.760,94)	(50.760,94)	(50.394,10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.002.918,78	(2.774.561,65)	(1.536.445,81)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(37.574.248,60)	(8.528.398,69)	48.066.767,33
No início do período - Nota 4	356.625.992,70	327.580.142,79	279.513.375,46
No fim do período - Nota 4	319.051.744,10	319.051.744,10	327.580.142,79
Variação Líquida das Disponibilidades	(37.574.248,60)	(8.528.398,69)	48.066.767,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO - UNIMAIS METROPOLITANA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **20/06/1994**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA** possui **13** Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: **GUARUJÁ - SP, CUBATÃO - SP, SÃO VICENTE - SP, SANTOS - SP, PRAIA GRANDE - SP, PERUÍBE - SP, SÃO PAULO - SP, OSASCO - SP, MOGI DAS CRUZES - SP, SANTO ANDRÉ - SP e GUARULHOS - SP.**

O **SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 10/02/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015; Variação Cambial – Resolução nº 4.524/2016; Intangível –Resolução CMN nº 4.534/2016; Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em



aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.



u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	1.414.427,75	1.369.765,65
Títulos e valores mobiliários (a)	88.787,85	137.436,87
Relações interfinanceiras - centralização financeira	317.548.528,50	326.072.940,27
TOTAL	319.051.744,10	327.580.142,79

(a) Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de Renda Fixa (a)	88.787,85	137.436,87
TOTAL	88.787,85	137.436,87

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., com remuneração de, aproximadamente 60,02% e 77,66% respectivamente do fundo como percentual do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	317.548.528,50	326.072.940,27
TOTAL	317.548.528,50	326.072.940,27

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL UNIMAIS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 20.521.944,58 (2018 - R\$ 20.734.134,94), registrada no grupo "Ingressos de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.



6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade: Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	842.237,73	-	842.237,73	263.974,77
Empréstimos	94.944.917,05	99.258.367,17	194.203.284,22	174.326.110,33
Títulos Descontados	8.878.992,70	-	8.878.992,70	8.700.767,42
Financiamentos	9.760.542,66	12.269.557,58	22.030.100,24	24.445.895,04
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.211.113,85)	(7.737.584,52)	(13.948.698,37)	(9.039.770,83)
TOTAL	108.215.576,29	103.790.340,23	212.005.916,52	198.696.976,73

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD/AD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	43.192.702,75	1.477.543,16	44.670.245,91	-	30.037.193,62	-
A 0,5% Normal	62.890.179,88	5.893.241,64	68.783.421,52	(343.917,11)	76.298.526,07	(381.492,63)
B 1% Normal	27.023.794,73	6.138.934,30	33.162.729,03	(331.627,29)	56.991.376,15	(569.913,76)
B 1% Vencidas	3.713.490,18	-	3.713.490,18	(37.134,90)	2.845.753,02	(28.457,53)
C 3% Normal	35.476.197,74	6.297.569,69	41.773.767,43	(1.253.213,02)	24.000.618,04	(720.018,54)
C 3% Vencidas	5.349.676,23	60.794,65	5.410.470,88	(162.314,13)	2.054.971,24	(61.649,14)
D 10% Normal	9.082.471,60	1.282.395,52	10.364.867,12	(1.036.486,71)	3.381.093,81	(338.109,38)
D 10% Vencidas	1.496.970,50	329.087,92	1.826.058,42	(182.605,84)	1.677.092,98	(167.709,30)
E 30% Normal	2.120.072,58	269.523,93	2.389.596,51	(716.878,95)	2.336.798,48	(701.039,54)
E 30% Vencidas	1.173.122,96	-	1.173.122,96	(351.936,89)	702.347,52	(210.704,26)
F 50% Normal	2.981.302,59	119.513,82	3.100.816,41	(1.550.408,20)	230.645,85	(115.322,93)
F 50% Vencidas	1.926.766,19	12.383,74	1.939.149,93	(969.574,97)	946.588,20	(473.294,10)
G 70% Normal	963.560,76	25.725,55	989.286,31	(692.500,42)	767.862,33	(537.503,63)
G 70% Vencidas	1.124.977,52	-	1.124.977,52	(787.484,26)	2.437.750,24	(1.706.426,08)
H 100% Normal	629.543,82	97.953,18	727.497,00	(727.497,00)	629.407,80	(629.407,80)
H 100% Vencidas	4.779.684,62	25.433,14	4.805.117,76	(4.805.117,76)	2.398.722,21	(2.398.722,21)
Total Normal	184.359.826,45	21.602.400,79	205.962.227,24	(6.652.528,70)	194.673.522,15	(3.992.808,21)
Total Vencidos	19.564.688,20	427.699,45	19.992.387,65	(7.296.168,75)	13.063.225,41	(5.046.962,62)
Total Geral	203.924.514,65	22.030.100,24	225.954.614,89	(13.948.697,45)	207.736.747,56	(9.039.770,83)
Provisões	(13.217.743,30)	(730.955,07)	(13.948.698,37)	-	(9.039.770,83)	-
Total Líquido	190.706.771,35	21.299.145,17	212.005.916,52	-	198.696.976,73	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	40.736.254,80	63.929.892,68	99.258.367,17	203.924.514,65
Financiamentos	2.798.270,81	6.962.271,85	12.269.557,58	22.030.100,24
TOTAL	43.534.525,61	70.892.164,53	111.527.924,75	225.954.614,89

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	33.079,37	-	33.079,37	0%
Setor Privado - Indústria	1.264.025,62	-	1.264.025,62	1%
Setor Privado - Serviços	145.290.735,65	7.649.340,44	152.940.076,09	68%
Pessoa Física	57.207.382,10	14.380.759,80	71.588.141,90	32%
Outros	129.291,91	-	129.291,91	0%
TOTAL	203.924.514,65	22.030.100,24	225.954.614,89	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	9.445.459,70	4,00%	10.005.412,00	5,00%
10 Maiores Devedores	60.399.456,84	26,00%	59.119.047,16	28,00%
50 Maiores Devedores	124.676.062,06	55,00%	116.463.939,40	56,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	38.861.479,67	28.164.970,38
Valor das operações transferidas no período	5.009.181,79	12.321.716,50
Valor das operações recuperadas no período	(1.282.332,28)	(1.518.990,91)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(219.356,32)	(106.216,30)
TOTAL	42.368.972,86	38.861.479,67

g) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 41.653.681,29**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	771.748,20	111.250,75
Serviços prestados a receber	263.608,38	207.893,49
Outras rendas a receber (b)	14.441,20	20.726,93
Diversos (c)	19.457.414,08	17.265.023,86
(-) Provisões para outros créditos (a)	(686.670,07)	(111.250,75)
TOTAL	19.820.541,79	17.493.644,28

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Outras rendas a receber, encontram-se registradas receitas prestadas a receber por convênio INSS R\$ 2.015,76 e outras rendas a receber R\$ 12.425,44.

(c) Em Diversos - encontra-se o registro de R\$ 19.457.414,08, composto:

Diversos	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos e antecipações salariais	47.403,94	35.830,24
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	153.802,59	54.954,43
Adiantamentos por conta de imobilizações (*)	1.215.759,61	308,00
Cheques a receber	-	3.609,00
Devedores por depósitos em garantia (**)	17.679.142,77	17.025.547,62
Impostos e contribuições a compensar	236.955,08	100,00
Imposto de renda a recuperar	375,52	-
Títulos e créditos a receber	16.766,37	17.113,15
Devedores diversos – país	107.208,20	127.561,42
TOTAL	19.457.414,08	17.265.023,86

(*) A variação da conta Adiantamentos por conta de imobilizações de 2018 para 2019, decorrente principalmente por conta da abertura de PA's.



(**) Os depósitos judiciais referentes a questões fiscais são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, PIS e COFINS, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e questões trabalhistas. Estes depósitos estão sendo atualizados mensalmente pela taxa SELIC e estão contabilizados em não circulante.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Vencidas	85.846,51	85.846,51	(25753,95)	-	-
F	50%	Vencidas	13.195,46	13.195,46	(6.597,73)	-	-
G	70%	Vencidas	61.292,90	61.292,90	(42.905,06)	-	-
H	100%	Vencidas	611.413,33	611.413,33	(611.413,33)	111.250,75	(111.250,75)
Total Vencidos			771.748,20	771.748,20	(686.670,07)	111.250,75	(111.250,75)
Total Geral			771.748,20	771.748,20	(686.670,07)	111.250,75	(111.250,75)
Provisões			(686.670,07)	(686.670,07)		(111.250,75)	
Total Líquido			85.078,13	85.078,13		-	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.055.617,78	1.352.900,20
Despesas Antecipadas (b)	145.388,98	851.384,06
TOTAL	2.201.006,76	2.204.284,26

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	7.676.354,29	7.676.354,29
TOTAL	7.676.354,29	7.676.354,29

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		485.024,02	342.046,73
Terrenos		900.000,00	900.000,00
Instalações	10%	3.243.030,62	3.680.957,98
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.321.988,71)	(1.621.981,90)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	762.818,29	819.395,10
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(417.365,11)	(452.466,03)
Sistema de Comunicação	20%	-	123.239,83
Sistema de Processamento de Dados	20%	550.966,49	398.837,09
Sistema de Segurança	10%	11.135,43	73.055,06
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(443.083,94)	(308.093,16)
TOTAL		3.770.537,09	3.954.990,70



(a) As imobilizações em curso são alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	20%	270.116,56	258.676,21
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	-	(95.333,49)	(112.422,24)
Total	-	174.783,07	146.253,97

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	73.253.671,23	66.855.813,06
Depósito Sob Aviso	6.092.140,38	6.795.663,84
Depósito a Prazo	394.491.696,35	396.040.112,55
TOTAL	473.837.507,96	469.691.589,45

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	60.703.190,02	13,00%	50.542.997,98	11,00%
10 Maiores Depositantes	141.987.380,34	31,00%	138.272.021,06	30,00%
50 Maiores Depositantes	226.308.217,09	49,00%	223.910.700,42	49,00%

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	347.824,78	617.511,56
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	3.000,00	5.299,07
TOTAL	350.824,78	622.810,63

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.



Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Bradesco	1.312,93	-
TOTAL	1.312,93	-

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	80.664,85	-	118.669,10	-
Sociais e Estatutárias	2.191.699,86	-	1.828.653,87	-
Fiscais e Previdenciárias	737.302,32	-	537.039,54	-
Diversas	2.797.304,55	9.329.988,38	1.993.771,32	8.545.210,94
TOTAL	5.806.971,58	9.329.988,38	4.478.133,83	8.545.210,94

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos e Bonificações a Pagar	24.020,65	24.020,65
Resultado de Atos com Associados (a)	624.143,45	567.454,05
Resultado de Atos com não associados	-	198,77
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.543.535,76	1.236.980,40
TOTAL	2.191.699,86	1.828.653,87

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	48.118,05	25.581,93
Impostos e Contribuições sobre Salários	446.021,49	310.286,96
Outros	243.162,78	201.170,65
TOTAL	737.302,32	537.039,54

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	73.776,60	-	263.750,33	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.063,21	-	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.980.193,06	-	922.875,06	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	9.208.663,63	-	8.545.210,94
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	418.697,37	121.324,75	218.591,26	24.265,14
Credores Diversos - País	323.574,31	-	564.289,53	-
TOTAL	2.797.304,55	9.329.988,38	1.969.506,18	8.569.476,08

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas;



(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 24.108.403,64 (R\$ 20.882.274,11 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16. Instrumentos financeiros

O **UNIMAIS METROPOLITANA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 7.057.391,24**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	63.970.563,36	56.913.172,12
Associados	12.438	11.064

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/04/2019, os cooperados deliberaram por aumento no capital social das sobras líquidas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 9.625.754,43 e devolução de capital a ex associados no valor de R\$ 19.501,57, evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	231/12/018
Sobra líquida do exercício	3.733.937,47	11.347.360,31
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.733.937,47	11.347.360,31
Destinações estatutárias	(560.080,66)	(1.702.104,05)
Reserva legal	(373.393,77)	(1.134.736,03)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(186.686,89)	(567.368,02)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.173.856,81	9.645.256,26

18. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	380.218,47	339.661,22
Rendas de Empréstimos	38.869.136,32	39.919.667,57
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.610.731,32	3.081.364,67
Rendas de Financiamentos	4.139.596,26	5.006.425,52
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.133.107,33	1.282.468,12
TOTAL	48.132.789,70	49.629.587,10

19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação (a)	(24.923.897,86)	(24.650.863,89)
Provisões para Operações de Crédito	(10.493.945,02)	(5.601.625,71)
TOTAL	(35.417.842,88)	(30.252.489,60)

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(404.014,34)	(457.364,60)
Despesas de Depósitos a Prazo	(23.786.471,05)	(23.519.144,72)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(733.412,47)	(674.354,57)
TOTAL	(24.923.897,86)	(24.650.863,89)

20. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(166.689,60)	(156.026,52)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.797.397,42)	(1.841.975,06)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.353.132,52)	(3.822.543,20)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.848.274,87)	(2.557.830,60)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.330.664,25)	(6.420.503,50)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(13.988,81)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.960,34)	(2.784,00)
TOTAL	(15.499.119,00)	(14.815.651,69)

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(209.366,82)	(161.869,66)
Despesas de Aluguéis	(1.867.348,10)	(1.227.976,92)
Despesas de Arrendamento de Bens	(75,32)	-
Despesas de Comunicações	(1.073.593,68)	(1.029.102,88)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(285.506,76)	(204.535,99)
Despesas de Material	(109.323,04)	(110.635,73)
Despesas de Processamento de Dados	(2.033.084,93)	(1.800.298,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(757.843,72)	(750.546,76)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(207.036,73)	(223.099,50)
Despesas de Publicações	(10.925,16)	(78.899,24)
Despesas de Seguros	(128.816,73)	(132.785,12)



Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.908.960,53)	(2.972.667,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(876.356,56)	(713.243,72)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.231.445,99)	(1.146.397,77)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.206.987,68)	(1.314.199,28)
Despesas de Transporte	(563.882,01)	(513.631,47)
Despesas de Viagem no País	(360.036,79)	(278.500,55)
Despesas de Amortização	(25.474,67)	(34.294,79)
Despesas de Depreciação	(458.301,87)	(756.444,73)
Despesas de Provisão para Passivos Contingentes	(137.949,78)	-
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.535.299,44)	(1.818.113,00)
TOTAL	(16.987.616,31)	(15.267.242,96)

(a) A variação da conta Outras Despesas Administrativas de 2018 para 2019, decorrente principalmente pelas seguintes despesas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	% Variação
Condomínio	(333.939,39)	(308.128,93)	7,73%
Contribuição Sindical Patronal	(69.193,41)	(25.452,40)	63,22%
Rateio de Despesas de Central	(1.625.916,43)	(998.766,85)	38,57%
Rateio de Despesas do Sicoob	(20.116,95)	-	100,00%
TOTAL	(2.049.166,18)	(1.332.348,18)	

22. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas tributárias	(193.801,81)	(136.487,02)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(11.136,68)	-
Despesas de Contribuição ao Cofins	(186.083,41)	(114.151,91)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(36.277,35)	(18.658,07)
Despesas de Impostos e Contribuições s/ Lucros	(202.256,70)	(486.673,28)
TOTAL	(629.555,95)	(755.970,28)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	147.611,51	-
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	462.641,75	94.913,85
Deduções e abatimentos	24.922,04	14.729,57
Variação cambial	14.018,38	-
Outras rendas operacionais	492.307,76	526.807,21
Rendas oriundas de cartões de crédito	4.399.994,74	2.448.561,93
Lucros em Op. Venda de Ativos Financeiros	-	164.633,95
TOTAL	5.541.496,18	3.249.646,51

24. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(479.741,50)	(11.222,20)
Outras Despesas Operacionais (a)	(2.346.272,44)	(972.552,33)
Descontos concedidos - operações de crédito	(73.599,48)	(249.230,27)
Cancelamento - tarifas pendentes	(27.080,81)	(31.205,86)
Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(759.807,47)	(94.907,98)
TOTAL	(3.686.501,70)	(1.359.118,64)

(a) A variação da conta Outras Despesas Operacionais de 2018 para 2019, decorrente principalmente pelas seguintes despesas:

Multa e Juros Diversos (R\$ 106.318,090; Passivos trabalhistas (R\$ 258.246,63); Perdas diversas (R\$ 440.971,75); Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez (R\$ 579.536,20) e Estorno e Descontos concedidos (R\$ 246.101,08).

25. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	116,24	-
Ganhos de Capital	3.137,57	-
Outras Rendas não Operacionais	3.382,32	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(98.388,18)	(366.350,03)
(-) Perdas de Capital	(14.844,99)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(7.299,59)	-
Resultado Líquido	(113.896,63)	(366.350,03)

26. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 3.545.388,82**, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100,00% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada pela Diretoria conforme ata nº 27 de 11/12/2019. O referido pagamento foi evidenciado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas e jurídicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas são relevantes com as operações passivas da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, e as demais transações não são relevantes tais como cheque especial, conta garantida, empréstimos, financiamentos e títulos descontados.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.752.828,79	0,6562%	5.458,06
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.759.930,50	2,1564%	40.376,54
TOTAL	7.512.759,29	2,8126%	45.834,60
Montante das Operações Passivas	32.527.403,92	20,1962%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	15.644,28	3.196,31	0,2832%
Conta Garantida	61.228,76	1.698,15	1,2120%
Empréstimo	1.659.755,35	54.668,47	0,8997%
Financiamento	306.071,42	5.178,10	1,3893%
Títulos Descontados	587.311,21	27,07	6,6146%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	4.044.570,06	5,6901%	0%
Depósitos a Prazo	93.239.111,25	23,2758%	0,3810%



c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	2,0893%
Empréstimos	1,8640%
Financiamento	1,1650%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,2858%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,5079%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,4993%
Aplicações Financeiras	20,1962%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	7.748.157,50
Financiamento	683.477,16

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
4.584.546,10	-

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(166.689,60)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.797.397,42)
Encargos Sociais	(456.304,79)

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO - UNIMAIS METROPOLITANA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS - SICOOB UNIMAIS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados



para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **UNIMAIS METROPOLITANA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNIMAIS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:



- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).



30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	72.719.609,59	72.449.075,82
Ativo Ponderado por Risco RWA	36.250.714,54	35.692.833,28
Índice de Basileia - %	24,07	24,36
Imobilizado para Cálculo do limite	3.770.537,09	3.954.990,70
Índice de imobilização (limite 50%) - %	5,19	5,46

32. Provisão para passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	390.246,63	100.422,89	32.000,00	23.896,66
Fiscais	-	17.557.416,79	-	17.001.650,96
Outros	8.818.417,00	21.303,09	8.513.210,94	-
TOTAL	9.208.246,63	17.679.142,77	8.545.210,94	17.025.547,62

Segundo a assessoria jurídica do **UNIMAIS METROPOLITANA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 23.782.658,75. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas, cíveis e tributários, acerca das principais características das ações, quando relevantes.

SANTOS-SP, 14 de fevereiro de 2020.

EDILSON BERTINI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FLÁVIA RUIZ ANDRIAN
CONTADORA CRC 066542/O-2 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa Sicoob Unimais Metropolitana – Cooperativa de Crédito
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Sicoob Unimais Metropolitana – Cooperativa de Crédito, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Sicoob Unimais Metropolitana – Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 14 de fevereiro de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santos / SP, 11 de março de 2020

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Sicoob Unimais Metropolitana – Cooperativa de Crédito - e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018, Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis e a respectiva Opinião dos Auditores.

Com base nos nossos exames e na Opinião dos Auditores, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, apresentamos o nosso parecer de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

BRUNA ANTONINI ARCHINTO
Conselheiro Fiscal

PAULO HENRIQUE MARÇAL MENEZES
Conselheiro Fiscal

PAULO RODRIGO NUNES BRASIL
Conselheiro Fiscal

RICARDO ALEXANDRE ISIDORO DIAS
Conselheiro Fiscal

WANDERLEY DE SOUSA
Conselheiro Fiscal